

Pela defesa do associativismo no Ensino Secundário

Ao XXIII Congresso Nacional da Juventude Socialista,

‘Não há ninguém que conheça melhor a realidade e as necessidades dos alunos do que os próprios alunos

Por norma, é no Ensino Secundário, através das eleições para as Associações de Estudantes, que os jovens contactam pela primeira vez com uma forma organizada de exercer democracia. No entanto, é também nesta ocasião que os jovens estudantes contactam pela primeira vez com a distância e com a impossibilidade de concretizar os seus anseios e as suas ideias, por serem vedados aos órgãos de coordenação dos seus estabelecimentos de ensino ou por não terem ao seu dispor os meios necessários para se organizarem, o que constitui não só um problema do ponto de vista prático, piorando a qualidade das decisões tomadas nos estabelecimentos de ensino portugueses, como também pode levar a uma desilusão cada vez maior dos estudantes em relação ao sistema democrático.

Entende-se que as Associações de Estudantes incutiriam nas escolas numerosos melhoramentos, se tivessem uma participação mais concretizada na gestão corrente das mesmas, por serem constituídas por alunos que vivem na pele todas as decisões tomadas pelos conselhos pedagógicos e que, portanto, conhecem empiricamente os problemas dos seus estabelecimentos de ensino.

A representação dos alunos neste órgão foi revogada pelo Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 137/2012, não se tratando esta proposta de uma realidade inédita, mas sim de uma iniciativa para regressar a um modelo que promove uma gestão educativa, democrática e participativa, do contexto escolar.

Defende-se, então, que um representante de cada associação de estudantes do agrupamento escolar, tenha assento no conselho pedagógico das escolas e/ou agrupamentos, de forma a amplificar e melhorar a participação dos alunos na gestão das suas escolas, assim como, de forma a melhorar e adequar a qualidade das decisões tomadas nos conselhos pedagógicos às necessidades reais dos jovens estudantes portuguesas.



Por outro lado, a democracia, no âmbito escolar, ainda não é uma realidade para todas as escolas do país, o que concretiza um grave problema pois desmobiliza e desunifica a força estudantil para o combate e para a luta pelos seus interesses conjuntos.

É por isso, que temos de concretizar os poderes das associações de estudantes, onde estas existem, e criar associações de estudantes nas escolas em que estas não são uma realidade.

As Reuniões Gerais de Alunos (RGA's) são também locais extremamente importantes para o debate e para a troca democrática de ideias, cujo papel tem vindo a ser esquecido, o que constitui uma grave falha para os avanços que os estudantes portugueses esperam alcançar.

No sentido de procurar incentivar a participação dos jovens na vida associativa das escolas portuguesas e de garantir que lhes são dadas todas as condições propõe-se as seguintes medidas.

- A mudança do modelo de composição dos conselhos pedagógicos das escolas portuguesas, de forma a possibilitar a presença de representantes dos alunos neste órgão;
- A criação de um programa de incentivo e divulgação da importância e da forma como funciona a criação de uma Associação de Estudantes e a organização de uma Reunião Geral de Alunos, assim como dos direitos legais dos alunos relacionados com os mesmos;
- Realização de um estudo realizado pelo Ministério da Educação acerca dos problemas das Associações de Estudantes;
- Aumento progressivo do financiamento às Associações de Estudantes nos Orçamentos de Estado dos Governos do PS;

A Juventude Socialista,

Braga, 17 de dezembro de 2022